

[138]

## *No tempo de ‘Esperança’*

12-08-02

[Trama de novela global ensina sobre a economia paulista, porém merece reparos]  
[Conflito entre criar gado e plantar café no Oeste Novo é divertido, mas anacrônico]

A novela “Esperança”, levada ao ar no horário nobre pela Rede Globo, pode se tornar um ótimo instrumento pedagógico sobre a história da economia paulista e seu papel no processo de industrialização do País. Mas também pode servir apenas para reforçar surrados estereótipos, caso não seja acompanhada da indispensável discussão sobre as interpretações já propostas sobre os anos 1930, e principalmente sobre as raízes sociais do Estado Novo. Claro, o relato histórico de qualquer novela será forçosamente esquemático, por mais fiel que pretenda ser aos acontecimentos. Mas tem a vantagem de não ser maçante como a maioria dos cursos de história ministrados no ensino médio e superior. Daí a importância de se aproveitar a oportunidade oferecida por Benedito Ruy Barbosa para que o conhecimento dos fatos e de suas interpretações seja mais atraente.

O melhor ponto de partida só pode ser o conflito que opõe a família de colonos italianos chefiada pelo senhor Vincenzo (Othon Bastos) à viúva de um tradicional cafeeiro, chamada dona Francisca, e alcunhada “Mão de Ferro” (Lúcia Veríssimo). Obcecada pela idéia de que “terra nunca é demais”, a rica fazendeira faz de tudo para comprar a propriedade que o imigrante conseguira adquirir em sociedade com dois compatriotas mais ricos, um dos quais se mantém firme ao seu lado: o amigo Farina (Paulo Goulart). Entretanto, depois de resistir até com armas de fogo, os italianos vendem a propriedade à grande cafeeira. E os dois amigos continuam juntos na empreitada de procurar por novas terras “de mata virgem”, lá pelos lados da Alta Sorocabana. E conversam bastante sobre a possibilidade de criar bois em vez de formar novos cafezais.

A narração desse conflito é muito interessante e divertida, mas ele é anacrônico e incoerente para o começo dos anos 1930. Anacrônico, porque foi anterior o deslocamento dos italianos para o Oeste Novo, depois de trabalharem no Velho entre 6 e 12 anos sob o peculiar regime do colonato. Incoerente porque depois da quebra de 1929 os grandes cafeeiros estavam em apuros, forçados a vender pedaços de suas fazendas aos colonos, em vez de pagar caríssimo por terras vizinhas, como faz dona Francisca. E engana-se quem pensar que isto não passa de mero detalhe. O que está em jogo é o peso relativo da economia cafeeira para o processo de industrialização do Estado de São Paulo.

Durante os anos 1920, a agricultura paulista já havia sido intensamente diversificada por imigrantes que, mesmo quando cuidavam dos pés de café de grandes plantadores, simultaneamente produziam com suas famílias gêneros alimentícios cuja demanda era crescente, tanto na capital como em algumas das primeiras cidades do interior: arroz, feijão, milho, ovos e carne suína. Esse movimento foi tão intenso e poderoso que o Estado de São Paulo passou de importador a exportador de alimentos nos dez anos que precederam a Revolução de 1930. E enquanto esses milhares de agricultores familiares recém chegados da Europa começavam a acumular o capital que depois lhes abriria acesso à propriedade da terra, terríveis dificuldades afligiam os grandes cafeeiros dentro e fora de suas fazendas. Por exemplo, a falta da mão-de-obra, tão necessária ao combate da “broca”, doença que vitimou o café antes da quebra de Wall Street. Mas também a carga tributária e as hesitações da política comercial.

Outro “detalhe” que para leigos parece sem importância é o lugar que ocupou a criação de suínos no diversificado sistema produtivo praticado pelos imigrantes de origem italiana. Foi a crescente comercialização dos diversos subprodutos do porco, e seus desdobramentos nas primeiras indústrias alimentares, que criou fortes laços econômicos entre os colonos e seus conterrâneos da capital. Há, aliás, excelentes biografias de capitães da indústria paulista de origem italiana que começaram como simples comerciantes de banha. E que enfrentaram os terríveis obstáculos impostos pelos descendentes dos “barões do café” em sua saga contra as indústrias “artificiais” e em favor das indústrias “naturais”. O que remete a um outro aspecto muito incômodo da novela: a radical e feroz discriminação de dona Francisca contra os italianos.

De fato, houve sérios conflitos étnicos que se agravaram bastante quando muitos imigrantes italianos começaram a ver no fascismo uma forma de se organizar para romper o cerco social e político imposto pela chamada aristocracia cafeeira. É difícil condenar, portanto, a atitude dos estudantes da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco que terminaram presos por empastelar jornais como *Il Piccolo* e *Fanfulla*. Todavia, a rejeição de que foram vítimas muitas famílias imigrantes esteve mais relacionada à forte competição que esses novos empreendedores italianos, espanhóis, japoneses, judeus, etc., impunham a indolentes filhos da elite cafeeira, do que de algum tipo de ódio racial como o que manifesta até agora a viúva interpretada por Lúcia Veríssimo.

O mais importante, contudo, é lembrar que no início dos anos 1930 a economia rural paulista já não era tão especializada no café quanto se pensa. A grande diversificação introduzida pelos agricultores familiares europeus já havia dado origem a um feixe de cadeias econômicas que chega a ser considerado “alternativo” por Mauricio A. Font, brasilianista americano, nascido em Cuba, que hoje dirige o Bildner Center, núcleo da Universidade de Nova York para o estudo das economias ocidentais. Seu livro *Coffee, Contention, and Change in the Making of Modern Brazil*, publicado em 1990 pela editora Basil Blackwell, é uma das melhores referências sobre as raízes rurais da industrialização do Estado de São Paulo. Inclusive porque contesta interpretações anteriores e bem mais conhecidas da Revolução de 1930, como as propostas por pesquisadores do calibre de Luciano Martins e Boris Fausto. Não deixa de ser estranho, além de ser uma pena, que nesses 12 anos nenhuma editora brasileira tenha publicado sua tradução.

---

José Eli da Veiga é professor titular da FEA-USP e secretário do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS). Home page: [www.econ.fea.usp.br/zeeli/](http://www.econ.fea.usp.br/zeeli/)